

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil



Glauber: menos ataques ao orçamento como tática

Glauber foca em Lira para escapar de cassação

O deputado Glauber Braga (Psol-RJ) tem a expectativa de que o seu pedido de cassação venha a ser analisado pelo plenário da Câmara na primeira semana de julho. Até lá, Glauber cumpre uma caravana por todos os estados brasileiros em busca de solidariedade. Só faltam agora três estados para visitar. Glauber estará em Goiás, São Paulo e concluirá a caravana em

seu estado de origem, o Rio de Janeiro, no dia 26 de junho. A estratégia é considerada importante para ampliar o grau de conhecimento sobre a sua situação. Mas não é a principal tática. Desde que parou em abril a greve de fome que fazia, Glauber articula principalmente sua situação internamente. E sua estratégia é focar no ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL).

Pessoal

O plano de Glauber é fazer convencer seus colegas que o problema ali se tornou pessoal. Seu processo de cassação foi uma articulação de Lira para se livrar de alguém que se tornou forte adversário. Nessa tática, o deputado do Psol deixou de lado a questão do orçamento.

Emendas

Nas conversas com os demais parlamentares e partidos, o pedido foi que Glauber parasse de atacar tanto as emendas parlamentares. Ele ainda menciona a necessidade de transparência e o fim do orçamento secreto. Mas sem criminalizar as emendas.

Lula Marques/Agência Brasil



Fora do comando, Lira não teria a mesma força

Motta pede a Glauber que fique “tranquilo”

Desde que parou a greve de fome, Glauber tem conversado seguidamente com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que sempre lhe pede o mesmo: “Fique tranquilo”. Isso não quer dizer necessariamente ficar “tranquilo” no sentido de que se possa garantir a sua absolvição. Mas ficar “tranquilo” no

sentido de não cair em provocações. E não jogar contra o interesse dos demais. Glauber mesmo usa emendas, discutindo a destinação de forma participativa. Os demais argumentam que nem toda emenda é ruim, e que os municípios dependem delas. Glauber, então, só tem batido no orçamento secreto.

PSD

Com isso, as informações de que o deputado vem angariando mais apoios. Já contaria, por exemplo, com os votos dos 45 deputados do PSD. E teria também a maioria do MDB. Além do apoio do próprio Psol, PT e demais partidos do campo da esquerda.

Zambelli

Há um outro fator sendo analisado: Carla Zambelli. O plenário precisa também se debruçar sobre a perda do seu mandato, conforme determinou o STF. Há uma expectativa de que Motta possa vir a adiar tudo, para não ter também que analisar Zambelli.

Absolvição

Como o Conselho de Ética aprovou o relatório pedindo a cassação, não há a essa altura espaço para negociar uma pena alternativa, uma punição mais branda. Indo o processo a plenário, a posição dos deputados só poderá ser dizer sim ou não sobre a perda do mandato.

Lira

Se Glauber conseguir evitar que o processo avance até o final do próximo semestre, ele acredita que nada se votaria no ano que vem, por ser ano eleitoral. E quanto a Lira? Há uma avaliação de que fora do comando da Câmara, perdeu a força que tinha. Rei morto, rei posto.

Alcolumbre dá aval para instalação da CPMI do INSS

Sessão conjunta no Congresso adia discussão de 31 vetos

Andressa Anholete/Agência Senado



Lido o pedido por Alcolumbre, CPMI deverá começar somente em agosto

Por Gabriela Gallo

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), leu, nesta terça-feira (17), o requerimento que pede a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará o esquema de desvios irregulares de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O senador acatou o pedido de abertura da comissão ao final da sessão conjunta do Congresso Nacional que discutiu vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ainda sem data formalizada para o início dos trabalhos (a expectativa é que só seja instalada em agosto), a CPMI será composta por 15 deputados federais e 15 senadores titulares, com o mesmo número de suplentes. A comissão terá 180 dias de prazo para efetivar os trabalhos, podendo ser prorrogada por mais 180 dias.

Agora, cabe aos partidos escolherem seus representantes para participar do colegiado. O documento que solicitou a abertura da comissão foi protocolado pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e a deputada federal Coronel Fernanda (PL-MS) e contou com as assinaturas de 36 senadores e 223 deputados federais.

Os nomes da mesa diretora dos trabalhos da CPI ainda serão definidos. Contudo, nos bastidores, articula-se que o senador Omar Aziz (PSD-AM) seja o presidente da comissão. Como Aziz está mais alinhado à base governista, a expectativa é que o relator do colegiado seja

um parlamentar de oposição (mas não necessariamente aliado direto do ex-presidente Jair Bolsonaro).

Inicialmente, o governo não tinha interesse na instalação da CPMI do INSS e tentou vetar a sua instalação, sem sucesso, temendo que as investigações resultem em mais desgaste na popularidade da gestão Lula 3. Contudo, diante do fato consumado, parlamentares governistas tentarão uma nova estratégia e, durante as sessões da CPMI, buscarão mudar a narrativa e relacionar o esquema de fraude à gestão de Jair Bolsonaro (PL), já que os desvios dos recursos ocorreram a partir de 2019.

Em entrevista à TV Câmara logo após a sessão conjunta entre deputados e senadores nes-

ta terça, o líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) disse que o governo está interessado na investigação sobre as fraudes do INSS e que a bancada governista irá “jogar nessa CPMI com o time principal”.

“Nós somos o maior interessados nessa investigação. Aliás, a investigação só ocorreu neste governo”, destacou Randolfe.

“Quem desmontou o esquema de roubo e de fraude foi a Procuradoria-Geral da União deste governo. Nós não temos óbice a nenhum tipo de investigação. Nós estaremos na CPMI com vontade e com gosto para o que der e vier, para prender quem é que seja, investigar quem quer que seja”, completou o líder do governo no Congresso.

Vetos

Antes de Alcolumbre ler o requerimento que instala a CPMI, deputados federais e senadores se reuniram em uma sessão conjunta para discutir sobre vetos presidenciais. Dos 64 vetos que inicialmente estavam previstos para serem discutidos, 31 foram adiados para uma próxima sessão conjunta do Congresso, por falta de acordo entre os congressistas. A expectativa é que essa próxima sessão seja agendada antes do recesso parlamentar, em 18 de julho.

Os congressistas derrubaram integralmente o veto ao projeto de lei que prevê indenização de R\$ 50 mil por danos morais às pessoas com deficiência permanente devido a microcefalia causada pelo Zika vírus.

Após decisão sobre sobras, TREs diplomam deputados

Por Gabriela Gallo

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) nas mudanças acerca das sobras eleitorais, sete deputados federais serão substituídos. Apesar dos nomes já terem sido diplomados pelos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), até o fechamento desta reportagem a Câmara dos Deputados ainda não comunicou oficialmente sobre a posse dos novos parlamentares.

Trocas

Nesta terça-feira (17), o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) diplomou o ex-governador da capital federal Rodrigo Rollemberg (PSB) a deputado federal. Ele assumirá no lugar do deputado Gilvan Máximo (Republicanos-DF).

Ele concorreu ao cargo nas eleições gerais de 2022 e obteve 51.926 votos. Rollemberg ocupava a Secretaria de Economia Verde do Ministério da Indústria e Comércio.

“Foi uma espera longa, mas eu sempre tive convicção do nosso direito. Fomos eleitos pela população do Distrito Federal e estamos ansiosos para poder dar o melhor de nós e representar essa população no Congresso Nacional”, disse Rollemberg em suas redes sociais pouco após ser diplomado.

Também nesta terça, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) diplomou o deputado federal Tiago Dimas Braga (Podemos), que assumi-



Rollemberg foi diplomado deputado nesta quarta

rá no lugar de Lázaro Botelho (PP-TO).

Já o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) diplomou o deputado federal Rafael Fera (Podemos), que assumirá no lugar do deputado Lebrão (União-RO).

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) já empossou quatro novos deputados federais.

São eles: Aline Gurgel (PP), que assumirá no lugar de Silvia Waiápi (PL-AP); Paulo Lemos (PSOL), que ocupará o lugar de Sonize Barbosa (PL-AP); André Abdon (PP), que entrará no lugar de Professora Goreth (PDT-AP); e Professora Marcivanica (PCdoB), que assumirá a cadeira de Augusto Puppio (MDB-AP).

Entenda

Em 2024, o plenário do Supremo invalidou a regra do Código Eleitoral que restringia a segunda etapa de distribuição das sobras eleitorais aos partidos que atingissem 80% do quociente eleitoral e aos candidatos que atingissem 20%. Sobras eleitorais é o termo adotado para a distribuição das últimas vagas para deputado federal, estadual ou vereador, quando os partidos não conseguem votos suficientes para eleger um candidato de forma direta.

Ao Correio da Manhã, o advogado especialista em direito eleitoral Alberto Rollo explicou que, antes, pelos cálculos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2022, “a terceira

sobra não participavam todos os partidos”, ou seja, somente participavam os partidos que tinham atingido determinada “nota de corte”.

“Agora o STF diz que nessa última conta, nessa última sobra, todos participam, mesmo os partidos que fizeram menos votos. Isso, segundo os votos dos ministros, é para privilegiar o máximo possível todos os votos dos eleitores. Porque antes esses partidos que tinham feito menos votos e não participavam de nenhuma sobra, se pegava os votos e os jogava fora – mil, dois mil, cinco mil, dez mil, vinte mil votos se jogava fora. Então, ao permitir a participação nessa última sobra, o que o STF está privilegiando todos os votos”, explicou Rollo.

Inicialmente, a Suprema Corte tinha determinado que as mudanças dos cálculos das sobras deveria valer para as próximas eleições de 2026. Contudo, após um recurso analisado pelos onze ministros em plenários, os magistrados avaliaram que a medida vale a partir das eleições de 2022.

Novo Código

Enquanto ocorre essa troca de parlamentares na Câmara dos Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado precisa definir o projeto de lei complementar que define o Novo Código Eleitoral (PLP 112/2021). Atualmente, os parlamentares ainda apresentam divergências com o relatório do senador Marcelo Castro (MDB-PI).